

Voto deve ser obrigatório? CCJ reduz punições a eleitor

Projeto aprovado em comissão diminuindo penalidade a quem não votar e não justificar ausência reacende debate sobre obrigatoriedade de comparecimento. Assunto é examinado em matéria especial por senadores e especialistas



Eleitores enfrentam fila no final da tarde do último prazo (5 de abril passado) para tirar o título em Cartório Eleitoral em Curitiba

O próprio autor do projeto acolhido na quarta-feira pela CCJ, senador Marco Maciel, acredita que o voto deva ser obrigatório. Maciel explica que apenas defende a supressão, no Código Eleitoral, de penalidades que considera inócuas e de “constitucionalidade duvidosa”, por incluir restrições ao direito de cidadania. Quem não estiver em dia com a Justiça Eleitoral não pode, por exemplo, se inscrever em concurso público, tirar carteira de identidade nem receber salário se for servidor público. Basta, contudo, pagar uma multa – que varia de R\$1,05 a R\$ 35,10, conforme definido pelo juiz – para regularizar a situação. **4 e 5**

Plenário deve votar ajuda para a reconstrução de Gaza

A proposta é do Executivo e prevê a doação de R\$ 25 milhões para a Autoridade Palestina. **3**

Reforma do Código de Processo Penal em debate

Está marcada para esta quarta-feira, às 11h, a terceira sessão de discussão da proposta. **3**

Nova página do Senado na internet entra no ar quinta-feira

Parceria entre Comunicação e Prodasen, site quer facilitar acesso e aumentar transparência. **2**

Royalties: Heráclito acusa governo, Simon vê confusão

A decisão, na semana passada, de distribuir a todo o país os recursos dos royalties do petróleo rendeu nova rodada de debates

em Plenário. Para Heráclito Fortes, a soberba do governo impediu um acordo sobre a emenda de Pedro Simon, que por sua vez

garante que estados como Rio de Janeiro e Espírito Santo não perderão nada, pois serão compensados pela União. **6**



Heráclito Fortes critica a ausência de uma proposta do governo sobre os royalties, enquanto Pedro Simon contestou informações de parte da imprensa



Ensino privado pode ter que investir em pesquisa

A Comissão de Ciência e Tecnologia analisa na quarta-feira projeto do senador Hélio Costa que obriga as instituições de ensino superior privadas a

criarem fundação nacional de pesquisa. O relator, Eduardo Azeredo, considera a exigência inconstitucional e propõe várias modificações à proposta original. **8**

O novo *site*, uma parceria do Prodasen com a Secretaria de Comunicação Social, foi construído para facilitar ainda mais o acesso às informações do trabalho da instituição

Senado lança nova página na internet na quinta-feira

O SENADO DEVE lançar na quinta-feira seu novo *site* na internet. Resultado de um trabalho que começou no primeiro semestre de 2009, o *site* traz grandes mudanças no *design* e na navegação entre as páginas. Tudo com base no manual *Guidelines for parliamentary websites*, do Inter-Parliamentary Union, instituição que promove a interação entre parlamentos de diversos países.

– O novo *site* busca assumir o seu papel estratégico no relacionamento do Senado com a sociedade brasileira, com melhoramentos em seu conteúdo, organização, usabilidade, acessibilidade e linguagem. E

também busca incorporar novos modelos de gestão e padrões normativos – afirma o diretor da Secretaria Especial de Informática (Prodasen), Carlos Magno Cataldi Santoro.

O Prodasen participou da construção do novo *site* em parceria com a Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs). As duas secretarias se basearam em projeto elaborado por uma comissão de servidores.

– Nosso objetivo com o novo *site* é a transparência, é facilitar o acesso dos cidadãos a todas as informações sobre o trabalho do Senado e dos senadores – explica o diretor da Secs, Fernando Cesar Mesquita.

O novo *site* é dividido em nove portais temáticos: O Senado (institucional), Senadores, Atividade Legislativa (tramitação de projetos), Legislação, Notícias, Publicações, Orçamento, Portal da Transparência e Informações Externas.

Cada portal será administrado por uma área do Senado. O portal de Notícias, por exemplo, ficará a cargo da Agência Senado, subordinada à Secs, e dará acesso aos conteúdos dos demais veículos da secretaria: TV Senado, Rádio Senado, *Jornal do Senado*, Relações Públicas, Secretaria de Pesquisa e Opinião (Sepop) e Subsecretaria de Projetos Especiais.

Agência Senado bate a marca de cem mil acessos



Em dia intenso de decisões, veículo de comunicação teve 115,5 mil acessos

Os trabalhos do Senado na última quarta-feira foram acompanhados atentamente pelos internautas. É o que mostram as estatísticas de acesso da Agência Senado desse dia: foram 115,5 mil acessos gerados por 20,3 mil visitantes únicos.

– Os números expressivos comprovam a capacidade de comunicação do Senado e especificamente da Agência Senado de divulgar de forma transparente as atividades da Casa, contribuindo para o exercício da cidadania – avalia o diretor da Secretaria Especial de Comunicação do Senado (Secs), Fernando Cesar Mesquita.

Entre as matérias que mais chamaram a atenção dos internautas estavam as que tratavam do fim de punições para eleitor que não votar e do debate na Comissão de Constituição e Justiça sobre mudanças no Código de Processo Civil e na Lei Pelé. No dia, a Agência Senado publicou 63 matérias e notas.

Também os textos registrando a discussão em Plenário dos projetos que tratam do marco regulatório do pré-sal, que tomou toda a tarde e a noite da quarta-feira, figuram entre os mais lidos do dia.

Novo regulamento para compras e contratações

A Mesa do Senado aprovou, em reunião na quarta-feira, regulamento com procedimentos a serem adotados nas licitações e contratos relativos a obras, serviços, compras, alienações e locações a serem efetuados pelo Senado.

O regulamento, que deve ser publicado nos próximos dias, consolida em um só documento uma série de atos internos e normas sobre o tema, tornando mais simples e transparente a administração.

Pelo regulamento, as aquisições de bens e serviços comuns deverão ser feitas preferencialmente por meio de pregão ele-

trônico. A modalidade, criada pela Lei 10.520/02 (http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/2002/L10520.htm), permite a realização das licitações pela internet, dispensando, quando for o caso, a presença dos concorrentes. Em tese, o pregão eletrônico aumenta a participação, diminuindo os custos das licitações.

Outra novidade importante no novo regulamento é a inclusão de critérios de sustentabilidade ambiental nas licitações.

A Mesa também autorizou a doação à Presidência da República de bens do Senado considerados ociosos.

Proibição de nepotismo aos terceirizados

Uma das decisões adotadas pela Mesa do Senado, na reunião de quarta-feira, foi estender aos empregados terceirizados as regras determinadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a contratação de parentes.

Assim, não poderão prestar serviços ao Senado cônjuges, companheiros e parentes até o terceiro grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, dos senadores ou de servidores ocupantes de cargos em comissão ou funções comissionadas em nível FC-8.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Sessão não deliberativa

14h A sessão de hoje, não deliberativa, é dedicada a comunicados da Mesa e a pronunciamentos, não havendo votação de matérias.

Presidência Confraternização com servidores

9h O presidente do Senado, José Sarney, participa de confraternização com os novos servidores do Senado Federal, no Clube Assefe. Às 18h30, participa, na biblioteca, da solenidade de outorga de medalha-prêmio à servidora Sarah Abrahão e ao servidor Antônio Araújo Costa, pelos 50 anos de serviço público.

Terça-feira

CRA PAC do Cacau

9h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária debate os problemas do setor cacauzeiro, bem como a evolução das ações do PAC do Cacau. Participam José Aparecido dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira; Raymundo da Silva Mello Júnior, do Plano da Lavoura Cacauzeira no Pará; Francisco Alberto de Castro, da Federação da Agricultura do Pará; e Ricardo Santos, do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo.

CE

Formação de nível superior para professores

10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte examina projeto que exige formação de nível superior para os professores da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio). Analisa ainda projeto que prevê recursos do Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência também deverá ser analisado.

Quarta-feira

CCT Pro labore para CTNBio

8h30 A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática analisa projeto que estabelece mecanismo para pagamento de transporte, diárias e jetom de presença para os membros da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Vota ainda 39 projetos de decreto legislativo com autorizações para funcionamento de emissoras de rádio e TV.

CAE

Estímulo à contratação de jovens

10h Empresas que contratarem trabalhadores jovens, com idade entre 18 e 24 anos, ou pessoas com mais de 50 anos poderão passar a contar com desconto no Imposto de Renda devido. Dois projetos que tratam da concessão de incentivos fiscais a empresas que admitirem funcionários nessas faixas etárias serão analisados pela Comissão de Assuntos Econômicos.

CCJ

Estatuto da Igualdade Racial

10h Substitutivo ao projeto que cria o Estatuto da Igualdade Racial é o primeiro item da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Entre outras medidas, o texto trata de políticas públicas e programas especiais adotados pela iniciativa privada e o Estado para a correção das desigualdades raciais e a promoção da igualdade de oportunidades.

CDR

Habitação de interesse social

10h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo delibera sobre projeto que trata das diretrizes gerais da política urbana. A proposta permite que a União reduza ou até mesmo dispense a contrapartida financeira nas transferências destinadas a programas habitacionais de interesse social nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

MST

Quebra de sigilo em pauta

14h A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do MST analisa requerimentos. O primeiro em pauta requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Instituto de Orientação Comunitária e Assistência Rural (Inocar).

CMA

Hidrelétrica de Belo Monte

14h30 Audiência pública na subcomissão temporária que acompanha a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, com a presença do diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Hermes Chipp; e do presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim. Os convidados deverão falar sobre o impacto sobre a economia e os compromissos socioambientais assumidos no processo de licenciamento ambiental.

Parlasul Acordo de assistência jurídica mútua

14h30 Reunião da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul para votar, entre outras matérias, projeto da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que aprova o texto do Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais entre os Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile. A matéria tem parecer pela aprovação, com emendas.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

As comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores concordaram com a avaliação do governo de que a situação em Gaza é crítica

O governo propõe a doação de R\$ 25 milhões, que serão retirados do orçamento do Itamaraty. Proposta já foi aprovada pela Câmara



UNPhoto/Chris Wedel

Plenário votará ajuda para reconstrução de Gaza

A PROPOSTA DO Executivo que autoriza o governo a doar recursos de até R\$ 25 milhões à Autoridade Nacional Palestina para a reconstrução de Gaza deve ser votada em Plenário na próxima sessão deliberativa, marcada para quarta-feira. Os recursos sairão de dotações orçamentárias do Ministério das Relações Exteriores.

Já aprovado pela Câmara, o PLC 312/09 recebeu parecer favorável dos relatores nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), respectivamente, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e João Pedro (PT-AM).

O Poder Executivo alega que a situação econômica e humanitária na Faixa de Gaza é crítica. Segundo o governo, a Organização das Nações Unidas (ONU) calcula que são necessários recursos da ordem de US\$ 613 milhões para ajudar a população daquela região em questões mais urgentes, tais como alimentação, construção, infraestrutura e saúde.

As autoridades palestinas estimam o custo total da reconstrução de Gaza em cerca de US\$ 2 bilhões, a serem empregados em até cinco anos, conforme relata o Executivo.

O Ministério das Relações Exteriores cita dados da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos segundo os quais existem 900 mil pessoas na região que dependem da distribuição de alimentos.

Para o então senador João Pedro – que na época exercia o mandato no lugar de Alfredo Nascimento (PR-AM), do qual é suplente –, além da dimensão geopolítica, o assunto “tem desdobramento humanitário evidente, pois o embate armado representa sofrimento indizível para significativa parcela da população civil daquela região, vítima de atrocidades perpetradas de lado a lado”.

Para o senador, a decisão do governo é coerente com sua política de maior inserção do Brasil no cenário internacional. Suplicy também elogiou a medida, alegando que ajudará na reconstrução da economia da região. Ele destacou ainda que tal gesto “alinha-se com as mais elevadas características da população brasileira: a solidariedade e a preocupação com os mais necessitados”.

Suplicy também elogiou a medida, alegando que ajudará na reconstrução da economia da região. Ele destacou ainda que tal gesto “alinha-se com as mais elevadas características da população brasileira: a solidariedade e a preocupação com os mais necessitados”.



Renato Casagrande: substitutivo ao projeto deverá voltar à CCJ antes de ser votado em turno suplementar

Senado pode concluir reforma do Código Penal antes do recesso

O Senado marcou sessão deliberativa extraordinária para quarta-feira, às 11h, a fim de dar continuidade à apreciação do projeto que reforma o Código de Processo Penal. Essa será a terceira sessão de discussão do projeto (PLS 156/09) e, pelo Regimento Interno do Senado, a matéria poderá ser votada após esse processo.

Para a votação de projetos que tratam de códigos, são necessárias três sessões de discussão. Como foi apresentado um substitutivo ao projeto, deverá ser feita também votação em turno suplementar. Os senadores poderão fazer todos esses procedimentos no mesmo dia, dependendo de acordo entre eles.

O relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Renato Casagrande (PSB-ES), anunciou na última quinta-feira, entretanto, que, no intervalo entre as duas votações, o texto deverá voltar à CCJ para alterações de mérito. Na comissão, Casagrande dará parecer às emendas que vierem a ser apresentadas em Plenário, além de fazer ajustes em decorrência de acordos.

O senador disse também que a votação final do texto do novo código no Senado ocorrerá antes do recesso parlamentar, para que o texto seja enviado à Câmara dos Deputados.

O projeto traz inovações, como a criação da figura do juiz de garantia, que controlará a legalidade da investi-

gação criminal e será responsável pelos direitos fundamentais do acusado. Pelo código em vigor, um mesmo juiz participa da fase de inquérito e profere a sentença. Com as mudanças propostas, caberá a um juiz dar garantias e atuar na fase de investigação, ficando o outro juiz do processo responsável pela tarefa de julgar.

Com relação ao júri, o texto permite que os jurados conversem uns com os outros, exceto durante a instrução e o debate. O voto de cada jurado, porém, continua sendo secreto.

Direitos da vítima

A vítima passa a ter direitos, como o de ser comunicada da prisão ou soltura do autor do crime, da conclusão do inquérito policial e do oferecimento da denúncia, além de ser informada do arquivamento da investigação e da condenação ou absolvição do acusado. A vítima também poderá ter acesso ao desenrolar do processo e terá o direito de se manifestar sobre ele.

O projeto altera ainda regras relacionadas às modalidades de prisão provisória, que ficam limitadas a três tipos: flagrante, preventiva e temporária. O uso de algemas ou o emprego de força ocorrerá somente quando forem considerados indispensáveis, nos casos de resistência ou de tentativa de fuga do preso.

O atual Código de Processo Penal data de 1941.



Para o relator na CRE, Eduardo Suplicy, a doação é própria à solidariedade que caracteriza o Brasil

Governo tentará destrancar pauta

Para poderem votar a doação a Gaza, os senadores precisam, antes, deliberar sobre o PLC 16/10, que trata do regime de partilha dos recursos do pré-sal e da distribuição dos royalties do petróleo. Esse é um dos quatro projetos do marco regulatório do petróleo e tramita em regime de urgência.

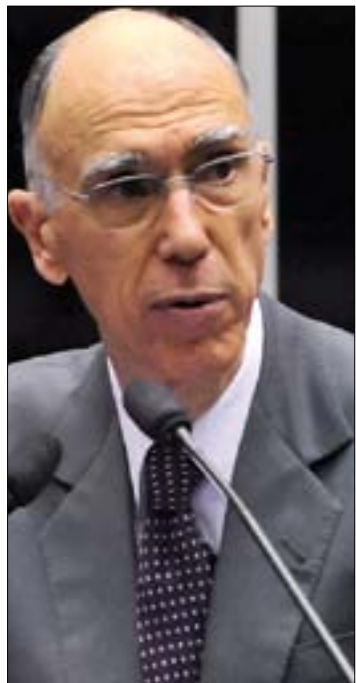
A parte desse projeto que trata do regime de partilha foi incorporada ao texto que institui o Fundo Social (PLC 7/10), aprovado na madrugada de quinta-feira passada. Já a questão dos royalties está contida em emenda

de Pedro Simon (PMDB-RS), também aprovada em Plenário. Segundo a assessoria do líder Romero Jucá (PMDB-RR), o governo deverá vetar a emenda e retirar a urgência do PLC 16/10, para que a distribuição dos royalties seja decidida após as eleições. Enquanto isso não ocorre, o projeto continua trancando a pauta de votações.

A votação de matérias na próxima semana ocorre a partir de quarta-feira, uma vez que a sessão de terça-feira será não deliberativa e começará às 10h.

Antonio Carlos Júnior, relator da proposta de Marco Maciel que retira sanções a quem deixar de votar, diz que iniciativa pode abrir caminho à instituição do voto facultativo. Já o autor, um histórico defensor do voto obrigatório, considera que a obrigação de comparecer às urnas fortalece a democracia

CCJ retira punições a eleitor e reabre debate sobre voto obrigatório



Marco Maciel explica que sua intenção é eliminar penas inócuas



ACM Júnior acredita que projeto abre caminho para voto facultativo



Fila no final do último dia do prazo para tirar o título eleitor em Cartório Eleitoral em Curitiba: cenas como essa são interpretadas por Marco Maciel como exercício de dever cívico e de aprimoramento democrático

Sociedade e especialistas se dividem sobre obrigatoriedade

Pesquisa do instituto Datafolha publicada no final de maio mostrou que a sociedade brasileira está dividida em relação a obrigatoriedade do voto: 48% dos entrevistados defendem a manutenção da regra atual e 48% querem a adoção do voto facultativo. A pesquisa também revelou uma tendência em favor do fim da obrigação, já que no levantamento anterior, realizado em 2008, havia uma diferença de dez pontos percentuais (43% a 53%) em favor do voto compulsório.

Um dado importante da pesquisa de 2010 é que 55% dos entrevistados declararam que não compareceriam às seções eleitorais se o voto não fosse obrigatório, enquanto 44% afirmaram que votariam de qualquer maneira.

O cientista político David Fleischer, professor da Universidade de Brasília, avalia que a menor participação em eleições em que o voto é facultativo não retira a legitimidade do resultado. Ele refuta esse argumento, que

os críticos do voto facultativo costumam apresentar, com uma analogia às campanhas de vacinação contra a gripe: não é porque uma parcela da população decide não se vacinar que as campanhas são contestadas.

Para Fleischer, que vê o voto como um direito e não um dever, "o eleitorado já evoluiu bastante" e não faz sentido o argumento dos favoráveis ao voto obrigatório, instituído no país em 1932, de que o brasileiro ainda não sabe votar.

— Se em 60 anos o brasileiro não aprendeu a votar, isso é uma falácia — contesta.

O assunto é controverso não apenas entre os eleitores em geral, mas também no meio acadêmico. O também cientista político Humberto Dantas, conselheiro do Movimento Voto Consciente, afirma que os defensores do voto facultativo desconsideram a realidade brasileira. Segundo ele, a compra e venda de votos continua uma prática corriqueira e disseminada, principalmente nas regiões periféricas, vício que seria potencializado se o voto fosse facultativo.

— Pode aumentar a venda de voto e certamente aumenta o peso de quem vende seu voto. O voto obrigatório minimiza o peso de uma sociedade que é corrupta. Existe quem compra o voto porque existe quem vende — avalia.

Dantas critica a manutenção da multa, conforme projeto aprovado pela CCJ, como única sanção a quem deixa de votar, mesmo o voto sendo obrigatório. Ele explica que o dinheiro arrecadado com as multas vai para o fundo partidário: "é um dinheiro que indiscutivelmente ajuda os partidos em suas contas". E opina que "falta coragem de mexer no fundo".



Para o professor David Fleischer, voto é um direito e não um dever

A APROVAÇÃO, NA quarta-feira, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de proposta que retira sanções a quem deixar de votar traz de volta um debate que de tempos em tempos ocupa parlamentares, cientistas políticos e o eleitor comum: o voto no Brasil deve permanecer obrigatório?

O próprio autor do projeto (PLS 244/06) aprovado pela CCJ, senador Marco Maciel (DEM-PE), acredita que sim. Ele explica que não mudou seu ponto de vista de defensor histórico do voto obrigatório. Apenas defende a supressão no Código Eleitoral de penalidades que considera inócuas e

de "constitucionalidade duvidosa", por incluírem restrições ao exercício da cidadania.

Hoje quem não estiver em dia com a Justiça Eleitoral não pode se inscrever em concurso público, tirar carteira de identidade nem receber salário se for funcionário público, entre outras sanções (veja quadro). Mas basta pagar uma multa em valor considerado irrisório, de R\$ 1,05 a R\$ 35,10, conforme definido caso a caso pelo juiz eleitoral, para regularizar a situação, mesmo sem ter votado nem justificado a ausência.

Maciel propôs a manutenção somente da multa, retirando as demais punições

para aqueles que não forem às urnas nem se justificarem. As mesmas penalidades, contudo, continuam existindo para quem tiver mais de 18 anos e não se alistar como eleitor. Ou seja, o projeto mantém o rigor sobre a exigência do alistamento eleitoral obrigatório. Como já ocorre hoje, se deixar de votar por três eleições consecutivas, o eleitor tem o título cancelado. A proposta recebeu decisão terminativa da comissão, assim, se não houver recurso para votação em Plenário, seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados.

Marco Maciel concorda que no futuro o país poderá mudar de orientação, mas enfatiza que "ainda é necessário que o voto seja obrigatório, porque há um exercício de pedagogia cívica".

O voto é um dever. Nós vivemos numa sociedade democrática, mas ainda somos um país que precisa aprimorar ainda mais sua prática democrática. O voto obrigatório faz com que o comparecimento seja elevado. O absentismo não é bom para a prática da democracia — afirma.

O senador cita o exemplo dos países desenvolvidos, que majoritariamente adotam o voto facultativo, em que a participação popular nos pleitos costuma ser baixa. Outra vantagem do voto obrigatório, na opinião de Maciel, é favorecer a presença dos candidatos em regiões de menor densidade eleitoral. O voto

facultativo, explica, levaria à concentração de esforços da campanha nas áreas de maior eleitorado.

Para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o projeto é "um passo de bom senso no sentido da adoção futura do voto facultativo".

O voto obrigatório tem um aspecto educacional, no sentido de fazer um apelo a todos os eleitores para que cumpram com seu dever cívico de escolher os governantes. Mas é fato que ele pode e deve ser exercido mais em função da consciência do eleitor e menos em função de sanções a que ele poderá ser submetido — pondera.

Propostas estabelecem comparecimento facultativo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ainda tem na lista de matérias que aguardam decisão quatro propostas de emenda constitucional estabelecendo o voto facultativo para todos os eleitores ou, no caso da PEC 1/09, do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), apenas para as pessoas com deficiência ou dificuldade de locomoção.

O voto facultativo geral é assunto das PECs 39/04, do então senador Sérgio Cabral, e 28/08, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que acolheu sugestão da Associação Comunitária de Chonin de Cima, de Governador Valadares (MG).

Já a PEC 14/03, de Alvaro Dias (PSDB-PR), pretende retirar a questão do texto constitucional, transferindo-a para a legislação ordinária. Assim seria mais fácil mudar para o voto facultativo.

— O país já amadureceu suficientemente para instituir o voto facultativo. O eleitor está preparado para essa nova fase de liberdade. Isso valoriza o eleitor e o processo eleitoral — afirma Alvaro Dias.

Restrição

Para o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), o voto facultativo "aumenta a alienação" e privilegia o eleitorado de maior poder aquisitivo.

— O voto facultativo elimina do exercício do voto as pessoas que têm dificuldade de se locomover. Vai passar a ser a votação de quem tem carro. O voto obrigatório favorece a participação da população de baixa renda e de baixo nível de informação, e é importante que ela participe — argumenta.

O senador Demostenes Torres (DEM-GO), relator das quatro propostas, que tramitam juntas,

apresentou relatório pela rejeição delas. Para ele, o fim do voto obrigatório "nunca foi objeto de campanha convincente e consistente por parte da sociedade brasileira" e o assunto deve ser tratado dentro de uma "ampla reforma político-partidária".



Iniciativa de Alvaro Dias retira dispositivo do texto constitucional

Penas para eleitor ausente

De acordo com o Código Eleitoral (Lei 4.737/65), sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou de que se justificou devidamente, o eleitor não poderá:

- ✗ inscrever-se em concurso público ou tomar posse em cargo público
 - ✗ receber salário, se for servidor público
 - ✗ participar de licitação
 - ✗ obter empréstimos das instituições financeiras do governo
 - ✗ tirar passaporte ou carteira de identidade
 - ✗ renovar matrícula em escola pública
 - ✗ outros atos que exijam quitação do serviço militar ou Imposto de Renda.
- » Essas sanções são eliminadas pelo PLS 244/06, aprovado pela CCJ, permanecendo apenas para quem não se alistar como eleitor.
- » O voto é obrigatório para as pessoas entre 18 e 70 anos. É facultativo para os analfabetos, maiores de 16 e menores de 18 anos, e maiores de 70 anos.
- » O eleitor que estiver fora de seu domicílio eleitoral no dia da eleição terá de justificar a ausência. A justificativa pode ser apresentada no dia da eleição ou até 60 dias depois. A ausência a cada turno da eleição deve ser justificada separadamente. O eleitor pode justificar as ausências tantas vezes quantas forem necessárias.
- » O eleitor que não votar em três eleições consecutivas, não justificar sua ausência e não quitar a multa estipulada pelo juiz eleitoral terá sua inscrição cancelada.

Prós e contras

O consultor legislativo do Senado Paulo Henrique Soares produziu estudo com os principais argumentos levantados pelos defensores e opositores do voto obrigatório e do voto facultativo

- | | |
|--|--|
| <p>PELA OBRIGATORIEDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ o voto é um poder-dever ✓ a maioria dos eleitores participa do processo eleitoral ✓ o exercício do voto é fator de educação política do eleitor ✓ o atual estágio da democracia brasileira ainda não permite a adoção do voto facultativo ✓ a tradição brasileira e latino-americana é pelo voto obrigatório ✓ a obrigatoriedade do voto não constitui ônus para o país, e o constrangimento ao eleitor é mínimo, comparado aos benefícios que oferece ao processo político-eleitoral. | <p>PELO FIM DA OBRIGATORIEDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ o voto é um direito e não um dever ✗ o voto facultativo é adotado por todos os países desenvolvidos de tradição democrática ✗ o voto facultativo melhora a qualidade do pleito eleitoral pela participação de eleitores conscientes e motivados, em sua maioria ✗ a participação eleitoral da maioria em virtude do voto obrigatório é um mito ✗ é ilusão acreditar que o voto obrigatório possa gerar cidadãos politicamente evoluídos. |
|--|--|



Apenas 17 países punem quem não vota

Estudo do Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral (Ideia, na sigla em inglês), com sede na Suécia, indica que os países que adotam o voto obrigatório estão em minoria. Há cerca de cem países com características que permitem classificá-los como democráticos. O voto obrigatório existe em 38 desses países, mas apenas em 17 há punição a quem deixa de votar. Assim, o caráter compulsório é meramente formal.

Na análise da lista dos 38 também devem ser consideradas particularidades de países que nela figuram, como os Estados Unidos, onde o voto só é obrigatório no estado da Geórgia (sem sanções), e a Suíça, onde só o cantão de Schaffhausen tem essa regra. Na Áustria, o voto é obrigatório em três regiões: Tirol, Vorarlberg e Styria. Na França, só é compulsório nas eleições para o Senado, sem sanções.

No final das contas, restam os 17 países que têm o voto

obrigatório com previsão de sanções para os faltantes, como o Brasil. O estudo foi atualizado em março de 2009. Uma nota explicativa revela como é difícil mapear essa questão, pois a própria definição de obrigatoriedade, na prática, pode ser relativizada.

No Brasil, por exemplo, já que não há impedimentos para se justificar a ausência e, em último caso, pode-se pagar uma multa de baixo valor e assim regularizar a situação, o voto seria de fato obrigatório?

— Em termos técnicos, o Brasil é classificado como um país em que o voto é obrigatório, mas efetivamente o voto não é obrigatório. O que é obrigatório é o compromisso com a Justiça Eleitoral — analisa o cientista político Humberto Dantas, conselheiro do Movimento Voto Consciente.

Por outro lado, havendo a necessidade de manter regular a situação junto à Justiça Eleitoral, seja pela justificativa de ausência ou com o pagamento

de multa, é mais simples para a maioria das pessoas se dirigir à seção de votação no dia da eleição, a não ter de enfrentar a burocracia depois.

Branços e nulos

De acordo com o Ideia, "está provado que forçar a população a votar resulta em um aumento do número de votos nulos e brancos em comparação com países que não têm leis de voto compulsório". A tentativa de diminuir o absentismo por meio da obrigatoriedade se reverteria nessa outra forma de não participação.

Nas últimas eleições presidenciais, em 2006, no segundo turno, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 18,9% dos eleitores faltaram às urnas, 1,3% votou em branco e 4,71% anularam o voto. Na eleição para governador, os votos nulos chegaram a 8,4% e os em branco, a 1,8%.

Somadas as faltas com os votos nulos e brancos, um quarto dos eleitores deixou de marcar



posição em favor de algum candidato à Presidência, número bem menor que o registrado em países que adotam o voto facultativo. Nos EUA, por exemplo, de acordo com dados do Ideia, o comparecimento nas últimas eleições presidenciais,

em 2008, quando foi eleito Barack Obama, foi de 89,75% dos eleitores registrados e de 58,23% da população apta a votar — o registro eleitoral não é obrigatório no país. Em 2000, apenas metade dos habitantes com idade eleitoral foi às urnas.

O número de votos nulos foi baixo: 0,13%.

Em eleições parlamentares, o desinteresse do eleitor norte-americano é maior. Em 2006, apenas 37,32% das pessoas com idade para votar compareceram. No Brasil, no mesmo

ano, excluídos os faltantes e votos brancos e nulos, 72,83% dos eleitores — o alistamento no país é obrigatório — escolheram algum candidato a deputado federal e 63,83% votaram em candidatos a senador, segundo dados do TSE.

Heráclito Fortes afirma que Pedro Simon "fez uma proposta de última hora, pela falta de diálogo do governo, que, com sua soberba, não apresentou alternativas"

Redistribuição dos royalties do pré-sal provoca debate

A APROVAÇÃO DO projeto de lei que cria o Fundo Social do pré-sal, na madrugada de quinta-feira, gerou debate entre os senadores presentes em Plenário na sexta-feira.

Ao comentar a repercussão na imprensa da aprovação do PLC 7/10, o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) criticou o governo por não ter apresentado uma proposta quanto à distribuição dos royalties do pré-sal e ter deixado essa responsabilidade para o Senado.

A emenda apresentada por Pedro Simon (PMDB-RS), que

distribui os royalties entre todos os estados e determina que a União compense os estados produtores pelas perdas decorrentes, foi uma alternativa conciliadora, afirmou Heráclito.

– Simon fez uma proposta de última hora, pela falta de diálogo do governo, que, com sua soberba, não apresentou alternativas. O próprio Lula declarou que o Congresso Nacional deveria encontrar a solução – disse o senador, ao ressaltar que a polêmica demonstra que o Brasil precisa fazer a reforma tributária.

Para Simon, "a imprensa está sendo cruel", uma vez que analisa a matéria de forma superficial. O parlamentar disse que o Senado votou a proposta em linhas gerais. Possível regulamentação da forma de distribuição dos recursos, observou, será feita posteriormente.

– O que se fez aqui foi uma distribuição justa entre todos os estados. É a primeira vez que se vota no Congresso Nacional um projeto com início de reforma tributária real. O que votamos aqui não depende de orçamento, nem de decisão do



GeradoMagda

Heráclito Fortes: "Lula declarou que o Congresso deveria encontrar a solução"

ministro da Fazenda: vai direto para os estados e municípios – declarou Simon, ao acrescentar que o tema foi amplamente discutido.

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu o aperfeiçoamento da emenda de Simon de forma a orientar os gestores estaduais e municipais na aplicação dos recursos em educação. Ele sugeriu que os municípios recebam os recursos de forma proporcional ao número de crianças matricu-

ladas na educação básica.

– Que o petróleo queime e não evapore, como pela aplicação em algo não permanente. Se não definir o que é de interesse de longo prazo, nós, prisioneiros da eleição, vamos gastar o dinheiro visando à eleição – disse Cristovam.

Heráclito Fortes pediu ainda a inclusão na ordem do dia do projeto que reduz a jornada de trabalho dos assistentes sociais para 30 horas.

Simon diz que Rio não perde nada com emenda do pré-sal

"O Rio não perde nada. Estão fazendo uma confusão muito séria", sustentou na sexta-feira o senador Pedro Simon (PMDB-RS), contestando afirmação de parte da imprensa de que a emenda sobre a divisão dos royalties do petróleo, aprovada na madrugada de quinta pelo Senado, resultará em perda de receita para o Rio e os outros estados produtores.

Autor da emenda, Simon afirmou que, ao contrário do projeto da Câmara, o texto aprovado no Senado não retira os royalties de estados produtores para redistribuí-los igualmente a todos os estados. Ele explicou que, de acordo com a sua emenda, as eventuais perdas de estados como Rio de Janeiro e Espírito Santo serão compensadas pela União.

– O próprio Ibsen Pinheiro e outros deputados federais vieram ao Senado pedir a alteração, para que o Rio, por exemplo, não fosse prejudicado – disse o senador.

Para Simon, o texto aprovado pelo Senado "assusta porque todo mundo se lembra da Lei Kandir", que, para estimular as exportações, diminuiu as receitas dos estados com arrecadação de impostos. Ele lembrou que, naquele caso, a União também assumiu a responsabilidade de compensar as perdas dos estados. Mas haveria uma diferença fundamental: no caso

da Lei Kandir, observa ele, as compensações dependem do Orçamento, de votações no Congresso e "da vontade" do ministro da Fazenda.

– Aqui, não. Aqui já está claro. A obrigação já é definitiva. O dinheiro dos royalties sai e vai direto para os estados e para os municípios – frisou o senador.



J.Freitas

A União compensará eventuais prejuízos, garante Simon

Senador defende candidatura de Requião à Presidência pelo PMDB

Pedro Simon também defendeu na sexta-feira o direito de o ex-governador Roberto Requião registrar sua candidatura a presidente da República pelo PMDB – partido ao qual ambos pertencem. O senador criticou a Executiva Nacional da legenda, que, segundo disse, não quer o registro.

– Ainda não sabemos se, na convenção de amanhã [sábado] do PMDB, aparecerá o nome de Requião.

Simon disse reconhecer que a intenção da Executiva seria confirmar a aliança com o PT, tendo Dilma Rousseff como candidata à Presidência da República e o presidente do PMDB, Michel Temer, como vice. Mesmo assim, o parlamentar reiterou o direito de Requião se submeter ao crivo dos colegas de partido.

– Os eleitores [membros do

PMDB] têm de ter o direito de escolha, o direito de votar. Mas eles [da Executiva] não querem – protestou.

Simon disse que Requião e ele próprio haviam marcado um encontro com Temer na tarde de quinta-feira, mas o deputado, também presidente da Câmara, não compareceu. O senador afirmou que, caso a candidatura não seja registrada pelo partido, eles recorrerão ao Tribunal Superior Eleitoral.

– Nós achamos que o PMDB tem o direito de ter seu próprio candidato – insistiu.

Para Simon, seria "uma situação muito delicada" se a Executiva Nacional viesse a impedir o registro de Requião, "pois, nesse caso, o presidente do PMDB, que é candidato a vice-presidente, estaria favorecendo a si mesmo".

Mozarildo pede voto consciente aos eleitores

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu que os eleitores brasileiros votem de forma consciente nas eleições de outubro, pois, ressaltou, o voto tem o poder de transformar a administração pública e o país. Dirigindo-se aos eleitores de Roraima, o senador classificou o atual governo do estado como "um descalabro", tomado pela corrupção, dizendo ainda que o governador [José de Anchieta Júnior] "não tem preparo e nem compostura".

– Falta dinheiro para tudo, para saúde e educação, menos



J.Freitas

Mozarildo: "Governador de Roraima não tem preparo nem compostura"

para as festas do governador, da mulher do governador. E tudo à base de dinheiro público e até com o uso de jatinhos pagos pelo erário – reclamou.

O senador apelou aos eleitores para que escolham um novo governador para Roraima de forma a colocar o estado "em um novo rumo".

TSE decide que Lei da Ficha Limpa vale já para as eleições de 2010

Os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiram na última quinta-feira que a Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10), que altera a Lei das Inelegibilidades (LC 64/90), deve ser aplicada já nas eleições de outubro deste ano.

A nova lei fixa que candidatos que tiverem condenação criminal por órgão colegiado, ainda que caiba recurso, ficarão impedidos de obter o registro de candidatura, pois serão considerados inelegíveis. Também amplia prazos de inelegibilidade de três para oito anos.

O relator da matéria no TSE, ministro Hamilton Carvalhido, votou a favor da aplicação da lei já nas próximas eleições. Votaram com o relator os ministros Arnaldo Versiani, Cármen Lúcia, Aldir Passarinho Junior, Marcelo Ribeiro e o presidente, ministro Ricardo Lewandowski. O ministro Marco Aurélio entendeu que a norma só seria aplicável nas eleições que se realizarem após 2010, mas foi voto vencido.

A análise do tema ocorreu em resposta a uma consulta do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Serys Slhessarenko • Mozarildo Cavalcanti • Leomar Quintanilha • Pedro Simon

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

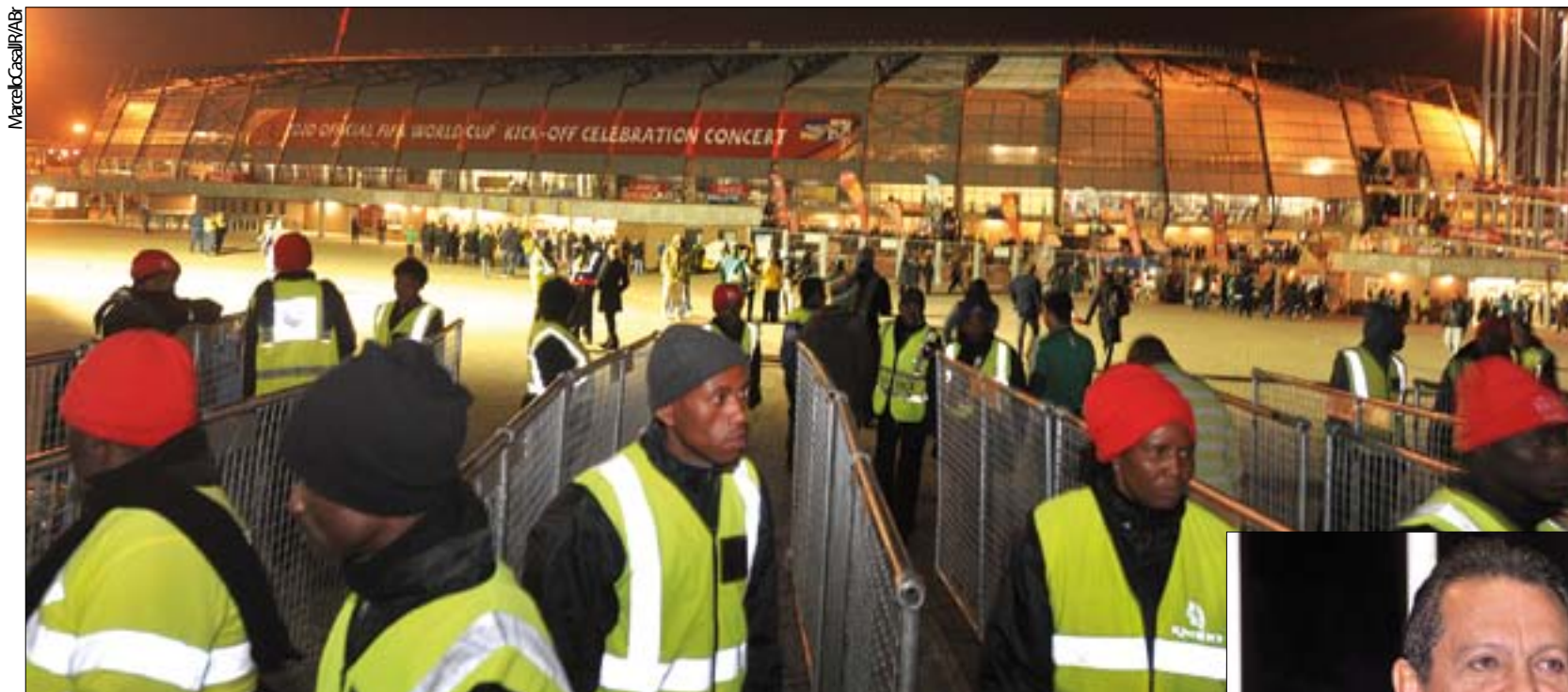
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Senador diz que diversos setores da economia serão beneficiados com a realização do campeonato mundial de futebol no país, gerando emprego e renda



Início da Copa da África do Sul, na última quinta, deve servir de estímulo para o começo das obras no Brasil, afirma Quintanilha



Quintanilha cobra início das obras para a Copa de 2014

O BRASIL PRECISA aproveitar o estímulo do início da Copa do Mundo na África do Sul para começar as obras necessárias para sediar o evento em 2014, afirmou na sexta-feira Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

O senador mencionou várias obras de infraestrutura que precisam ser realizadas em

todo o Brasil – como a modernização de aeroportos, pistas e rodovias –, para que o país seja capaz de receber bem os turistas e assumir posição de destaque no cenário turístico internacional.

– Precisamos nos preparar para dar uma expansão maior ao setor turístico, que ainda tem

um aproveitamento muito limitado, apesar do enorme potencial dessa atividade – destacou Quintanilha.

Trabalho e renda

O senador asinalou também que outros setores econômicos serão impulsionados juntamente com o setor turístico, gerando

trabalho e renda ao brasileiro.

Quintanilha lembrou que o Brasil, apesar de liderar o ranking mundial do futebol, divulgado pela Fifa, só sediou a Copa do Mundo uma única vez, em 1950. Ele elogiou a África do Sul, que, segundo observou, “recebeu, num bonito espetáculo, 31 delegações de diversos

países, num conagraçamento entre os povos de diversas línguas e culturas”.

O parlamentar disse torcer para que a seleção do país anfitrião passe para a próxima fase da competição.

– Estou torcendo pela África do Sul, porque vai dar mais interesse à disputa – explicou.

Serys destaca avanços do Luz para Todos em Mato Grosso

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) registrou a aprovação de novo lote de obras do programa Luz para Todos para o Mato Grosso, envolvendo 29 mil ligações de energia em favor de famílias de baixa renda, especialmente em área rural. Conforme a senadora, a previsão inicial era para a realização de 40 mil ligações do Luz para Todos em Mato Grosso. Porém, depois de uma primeira revisão do plano de atendimento, a meta subiu para 160 mil ligações, já tendo sido concluídas 90 mil. Numa segunda e recente revisão, a meta final teria sido elevada para 263 mil atendimentos domiciliares.

– Isso representa um impacto muito positivo sobre a vida dessas famílias, com mais conforto, melhor qualidade de vida e o surgimento de novas oportunidades, com geração de renda e emprego – observou.

Ao justificar a revisão das metas, Serys destacou que isso decorreu em parte do forte movimento de retorno ao campo de famílias que estavam nas cidades. Ela aproveitou para estimular os mato-grossenses que ainda estejam sem acesso a energia a procurarem os dirigentes municipais para solicitar a inclusão no programa.

Depois de registrar que acabou de cumprir mandato anual como coordenadora da bancada de senadores e deputados federais do Mato Grosso, passando o cargo ao deputado Pedro Henry (PP), ela fez um balanço dos trabalhos desenvolvidos no



Serys Slhessarenko: ligações de energia geram renda e emprego

período. Entre outros, citou o esforço da bancada em Brasília para garantir a implantação de um centro da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no estado, que ficará sediada na cidade de Sinop.

– Foi uma ação exitosa da nossa bancada. Agora, a Embrapa é uma realidade em Mato Grosso e ajudará em muito o desenvolvimento do estado – disse.

A pedido do senador Heráclito Fortes (DEM-PI), Serys prestou esclarecimento sobre as ações do Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre (Dnit) na recuperação de estradas e implantação de novos trechos. Segundo ela, com a chegada do atual diretor-geral do órgão, Luiz Antonio Pagot, o estado conseguiu avançar em termos de obras rodoviárias, saindo de uma situação problemática.

Gurgacz propõe estímulo à formalização da microempresa

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu, na sexta-feira, entre os estímulos à formalização de pequenos negócios, que o patamar de faturamento anual do microempreendedor individual passe a ser até R\$ 72 mil e não apenas R\$ 36 mil, como é hoje, com a possibilidade de registrar até dois funcionários.

– Essa medida contribuirá, e muito, para a redução da informalidade e para o aumento da arrecadação no Brasil. Garantirá, com certeza, a expansão de diversos benefícios para uma grande parcela da população, que hoje se vira como pode, trabalhando sem registro, de forma completamente irregular – disse.

De acordo com o senador, os brasileiros são mundialmente conhecidos como um povo empreendedor. Essa característica é, em parte, devida à estabilidade da economia nacional, que tem proporcionado, a grandes e pequenos empresários, tranquilidade para trabalhar sem temer que as regras do jogo mudem a cada instante.

Os novos empresários, segundo Gurgacz, têm iniciado seus negócios mais bem informados sobre as atividades que pretendem desempenhar, o que tem propiciado tomada de decisões mais acertadas.

– Os pequenos empreendimentos têm mostrado mais frutos positivos e têm tam-



Gurgacz sugere faturamento de R\$ 72 mil para pequeno negócio

bém servido de exemplo para outras pessoas que acreditam na pujança econômica do Brasil e nas oportunidades que aqui existem – finalizou o senador.



Valdir Raupp: energia movida a diesel será substituída pela elétrica

Interligação de regiões de Rondônia ao sistema elétrico

Valdir Raupp (PMDB-RO) avaliou como “certada e oportuna” resolução editada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para interligar seis regiões das Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron) ao sistema elétrico nacional. A iniciativa deverá consumir cerca de R\$ 300 milhões, beneficiar 22 municípios e abrir uma nova perspectiva de desenvolvimento para o estado.

– No âmbito mais geral, o que vai acontecer, no fundo, é a substituição, no período de

três anos, da geração de energia movida a óleo diesel pela força hidrelétrica, atendendo às necessidades operacionais para a efetivação do mercado moderno de energia no país – previu.

O senador aplaudiu a medida ainda por promover a desativação das usinas térmicas locais, “cujas fontes e princípios de funcionamento são reconhecidos como tão economicamente dispendiosos como tecnologicamente obsoletos”. Informou que a execução do projeto deve se estender de 2010 a 2013.

Proposta de o setor privado criar uma fundação de pesquisa foi modificada pelo relator, Eduardo Azeredo. Universidades particulares não são concessão pública, afirma senador

CCT vota obrigação de ensino privado investir em pesquisa

AS INSTITUIÇÕES DE ensino superior privadas poderão ficar obrigadas a constituir e manter a Fundação de Pesquisa Universitária para promover o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas. A proposta (PLS 409/03), do senador Hélio Costa (PMDB-MG), deve ser votada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) na quarta-feira. O relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), apresentou substitutivo ao original.

A fundação teria sede nacional e foro em Brasília, podendo manter centros de pesquisa em qualquer parte do país, com o fim de atender aos interesses regionais de pesquisa.

Entre as finalidades da fundação estariam a de promover pesquisa pura e aplicada, isolada ou conjuntamente com instituições privadas ou públicas, nacionais ou estrangeiras; destinar recursos para entidades privadas ou públicas de fomento à pesquisa científica e tecnológica; atuar na formação e aperfeiçoamento de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia; e prestar serviços de natureza tecnológica a instituições privadas ou públicas.

Hélio Costa assinala que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) determina que a educação superior estimule



Hélio Costa sugere que a fundação nacional de pesquisa tenha sede em Brasília

o desenvolvimento do espírito científico e o trabalho de pesquisa. Para ele, a fundação auxiliaria as universidades privadas na concretização desses objetivos, quase sempre relegados a segundo plano nos países em desenvolvimento.

“O caso brasileiro não é diferente, o que se comprova com um simples exame do Orçamento da União. Entretanto, não se pode imaginar a pretensão do Brasil de vir a integrar o grupo dos países desenvolvidos, sem que se adote um programa de crescimento socioeconômico alicerçado, quer administrativa, quer financeiramente, no desenvolvimento educacional e científico”, argumenta o senador.

O relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), concordou com a necessidade de fomentar a

pesquisa, mas identificou problemas e inconstitucionalidades, e apresentou texto alternativo. Ele destaca que as universidades não são concessionárias de serviço público, como sugere o autor.

Para Azeredo, seria menos penoso às instituições a constituição de um mecanismo de fomento às atividades de pesquisa que não acarretasse a pesada estrutura gerencial e os custos administrativos de uma fundação. O senador também considerou excessivos os percentuais de contribuição exigidos dos centros universitários e faculdades privadas: 3% e 2% do faturamento bruto, respectivamente. Essas instituições, enfatiza, não se submetem ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme prevê o artigo 207 da Constituição.

J.Freitas

CPI do MST examina pedidos de depoimento e quebra de sigilo

A CPI do MST, que apura desvios e irregularidades verificadas em convênios e contratos firmados entre a União e entidades ligadas à reforma agrária, reúne-se nesta quarta-feira para deliberar sobre 134 requerimentos.

Quem mais tem requerimentos ainda não apreciados é o deputado Dr. Rosinha (PT-PR): 28. O último apresentado pede a quebra do sigilo bancário e fiscal do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), no período de 2000 a 2009. Segundo o deputado, o Tribunal de Contas da União (TCU) teria apurado a realização de transferências ilegais de recursos.

O deputado Bruno Araújo (PSDB-PE) ocupa a segunda posição entre os membros da CPI do MST com mais requerimentos a serem apreciados. São 22, no total. Um deles sugere a convocação de Edilson Granjeiro Xavier, ex-prefeito de Iaras (SP),



GerardoViegas

José Nery espera análise dos 11 requerimentos que apresentou

do PT, para falar sobre atos de vandalismo ocorridos na fazenda Cutrale.

Entre os senadores, José Nery (PSOL-PA) é quem mais tem requerimentos na pauta: 11. O mais recente deles requer a convocação do representante legal da empresa José Luiz Bispo Colheita – ME para prestar informações sobre a arrematação de mão de obra para a Usina Junqueira (SP).



GerardoViegas



J.Freitas

Flexa Ribeiro e Gerson Camata querem discutir a evolução do PAC do Cacau

CRA debate amanhã problemas da cacauicultura em audiência

Os problemas do setor cacauero serão debatidos amanhã, em audiência pública, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), a partir das 9h30. A audiência foi requerida pelos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Gerson Camata (PMDB-ES), que também querem discutir a evolução do chamado PAC do Cacau.

Foram convidados para o debate o superintendente da Comissão Executiva do Plano

da Lavoura Cacaueira no Pará (Ceplac/PA), Raymundo da Silva Mello Júnior; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira, José Aparecido dos Santos; o representante da Federação da Agricultura do Pará (Faepa) na Câmara da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau, Francisco Alberto de Castro; e o assessor da Diretoria de Crédito do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) Ricardo Santos.

Comissão deverá analisar pedidos de empréstimos para estados

Na reunião desta quarta-feira, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá votar dois pedidos de autorização para contratação de empréstimos no exterior. O estado de Minas Gerais pleiteia um crédito de até US\$ 461 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). O governo do Espírito Santo quer permissão para empréstimo de até US\$ 21,9 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O empréstimo solicitado pelo governo de Minas Gerais tem parecer favorável de Arthur Virgílio (PSDB-AM). O dinheiro pleiteado financiará parcialmente o Programa de Parceria

para o Desenvolvimento de Minas Gerais II. Já o empréstimo para o estado do Espírito Santo tem parecer favorável de Hélio Costa (PMDB-MG). Os recursos financiarão o Plano de Desenvolvimento da Administração Fazendária.

Também está na pauta da CAE parecer de Valdir Raupp (PMDB-RO) favorável ao projeto (PLS 444/07) de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que cria um escalonamento na alíquota da multa por atraso na declaração do Imposto de Renda. A multa vai de 2% do imposto devido, para quem pagar até o quinto dia posterior ao prazo fixado, até 20% caso a declaração seja entregue após o 20º dia.

Projeto altera regras para educação infantil

Os docentes de nível médio formados em cursos de magistério poderão continuar a lecionar na educação infantil



MartinsAlme

Fátima Cleide defende manutenção de formados em cursos de magistério

e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental. É o que defende a senadora Fátima Cleide (PT-RO) em parecer ao projeto da Presidência da República (PLC 280/09) que tramita em conjunto com o projeto (PLS 54/07) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF). A proposta, que ainda deverá ser votada pelo Plenário, é o primeiro item da pauta da reunião da Comissão de Educação (CE) marcada para amanhã.

Quando foi enviado ao Congresso, o projeto exigia nível superior (em curso de licenciatura realizado em universidades ou institutos superiores de educação) para os professores

da educação básica. Apenas nas localidades onde comprovadamente não houvesse formados em nível superior é que seria admitida a contratação de professores com nível médio para a educação infantil e os cinco anos iniciais do ensino fundamental.

“Não me parece – e foi também a opinião majoritária dos que participaram da Conferência Nacional de Educação [Conae] – que a sociedade brasileira esteja em condições de prescindir do curso Normal para a formação inicial dos professores”, diz Fátima Cleide, ao justificar a alteração que fez à proposta.

CNJ poderá controlar preços cobrados pelos cartórios

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) poderá instituir tabela única ou fixar valores máximos que os cartórios podem cobrar por seus serviços notariais e de registro em todo o país. A autorização está no projeto (PLS 34/09) a ser examinado nesta quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O projeto original foi apresentado pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que pretendia limitar o valor que os cartórios

cobram para autenticar cópia da carteira de identidade. Em 2009, Zambiasi encontrou cartórios que cobravam preços abusivos – até R\$ 10 – e decidiu apresentar um projeto fixando esse valor em, no máximo, 0,5% do salário mínimo (hoje, R\$ 2,55).

Arthur Virgílio (PSDB-AM), relator do projeto, após constatar que as diferenças de preços de cartórios são elevadas, decidiu fazer um substitutivo à proposta de Zambiasi, que também fixa



José Cruz

Projeto de Zambiasi atrela tarifas a percentuais do salário mínimo

que os serviços dos cartórios passarão a ser regidos pelo Código de Defesa do Consumidor.